Cria, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º E' criada, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil, nos termos do art. 4.º, n.º X, do Decreto-lei n.º 5.839, de 21 de setembro de 1943, na qual serão aproveitados, obrigatoriamente, as praças de pré da Polícia Militar do Território e, facultativamente, os oficiais da Corporação, garantidos os atuais vencimentos, tempo de serviço e demais direitos e vantagens.

Art. 2.º Serão aproveitados na Polícia Militar do Distrito Federal, com as garantias previstas no artigo anterior, os oficiais que não optarem pela sua inclusão na Guarda Territorial. Na Polícia Militar do Distrito Federal os aludidos oficiais constituirão um quadro especial, ao qual se aplicarão, subsidiariamente, as disposições legais relativas ao quadro A do Exército Nacional.

Art. 3.º Fica o Governador do Território do Acre autorizado a conceder reforma aos oficiais da Polícia Militar local que não aceitarem o aproveitamento previsto nos artigos 1.º e 2.º deste Decreto-lei.

Art. 4.º A tropa do Exército localizada no Território do Acre prestará ao respectivo Governo o auxílio que fôr necessário para a manutenção da ordem.

Parágrafo único. Salvo em caso de manifesta urgência, a utilização da tropa do Exército pelo Governo do Território será precedida de autorização do comandante da respectiva Região Militar.

Art. 5.º E' extinta a Polícia Militar do Território do Acre, sendo o respectivo material transferido à Guarda Territorial do mesmo Território.

Art. 6.º O presente Decreto-lei entra em vigor cento e oitenta dias depois de publicado; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETULIO VARGAS
Agamenon Magalhães
Eurico G. Dutra